

Novos atores sociais nas políticas culturais*: reflexões sobre a participação social nas políticas para culturas populares

Giordanna Santos**

Resumo: Este artigo se refere ao projeto de Doutorado e trata de um estudo sobre a participação social de atores sociais ‘subalternos’¹ nas políticas para culturas populares. A pesquisa é qualitativa e utiliza o método de estudos de caso. Para isso, foram escolhidas duas comunidades que possuem produção e difusão de culturas populares; são elas Comunidade Quilombola Mata Cavalo, região metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso e Vale do Gramame, região metropolitana de João Pessoa, Paraíba.

Palavras-chave: Participação social; políticas culturais; subalternidade.

* Este artigo é referente ao projeto de Doutorado, que está em fase inicial. Portanto não há conclusões, somente considerações preliminares.

** Doutoranda do Programa Multidisciplinar Cultura e Sociedade (Pós Cult), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Cibermuseus (GREC/CNPq). Contato: giosants@gmail.com

¹ Utilizo aspas para fazer a ressalva de que “subalternos” não está no sentido de rótulo, mas sim de atores que estão inseridos em processos de subalternidade.

Contextualização

O tema participação social nas políticas culturais me despertou atenção, principalmente, após a minha pesquisa de Dissertação (O siriri na contemporaneidade em Mato Grosso: suas relações e trocas), na qual analisei quatro grupos da dança siriri e a relação com os campos político e das mídias na região metropolitana de Cuiabá.

Observei que por essa manifestação despertar um interesse recente no governo municipal e estadual os brincantes ainda estão começando a se posicionar como atores sociais nesse processo. Podem-se observar muitas negociações, mas há brincantes que começam a reivindicar por políticas culturais para a dança, porém, o meu foco nessa pesquisa não foi política cultural, mas sim como as relações de negociação e as trocas que envolvem o siriri.

A partir desse estudo que surgem problemáticas a respeito do papel desses atores sociais e sua (efetiva) participação nas políticas culturais, um dos objetivos deste trabalho. Por meio de pesquisas de campo e de revisão bibliográfica, identifiquei que esses sujeitos, tanto da pesquisa de Mestrado quanto o deste artigo, dialogam com o conceito de subalternidade. Ou seja, em um plano de política cultural, no qual há uma hegemonia cultural, esses atores são os subalternos. Beverley *apud* Guha² (2004:54) explica que *lo subalterno* es “um nombre para el atributo general de la subordinación... ya sea éste expresada en términos de clase, casta, edad, género y oficio o de cualquier otra forma”³.

Utilizo o conceito de subalternidade, com base nos estudos Latino-americanos, que por sua vez dialogam com o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos. Nesse sentido, de acordo com Figueiredo (2010:84):

² GUHA, 1988: 35.

³ Grifo meu.

O termo “subalterno”, do latim *subalternus*, significa ‘aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra’. Neste estudo, tomamos “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica; daí o conceito de subalternidade exigir um espaço territorial definido e demarcado, bem como àqueles que se encontram fora do pensamento hegemônico (*idem*).

Atores sociais e políticas culturais: é possível o subalterno participar?

Com uma nova concepção de cultura, principalmente mais voltada para um conceito antropológico de cultura, e de políticas culturais, surgem nesse processo “novos atores sociais”: os (as) mestres (as), brincantes, ou, na conceituação do governo federal: povos e comunidades tradicionais⁴. Esses “novos atores” também são “chamados” a participar das políticas culturais.

Um exemplo é o Plano Nacional de Cultura, elaborado pelo Ministério da Cultura (MinC), que traz em uma de suas diretrizes o seguinte preceito: “criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas (grifo meu)”.

Desse modo, segundo essa diretriz, os atores sociais não apenas validam e exercem o controle social por meio da sua participação nesse processo, como também devem levar as necessidades das suas comunidades para o Governo, auxiliando no processo de elaboração das políticas culturais desse setor.

Diante desse contexto, este projeto visa analisar a inserção desses “novos atores sociais” nas políticas culturais, tendo como *locus* duas comunidades “tradicionais”: Mata

⁴ DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, Governo Federal.

Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso, e o Vale do Gramame, no município de Conde, região metropolitana de João Pessoa, Paraíba.

Questiona-se: Se essa participação faz parte de um sistema político de Estado e se esses atores são, segundo os autores fundantes para o desenvolvimento desta pesquisa, “subalternos”, eles realmente estão exercendo participação? Para se responder a esse problema é necessário pesquisar: qual a forma de participação desses atores nas políticas culturais? Quais os meios/canais utilizados para o desenvolvimento dessa participação? Qual a relação entre comunidades e atores sociais e governo? E quais os reflexos dessa “interação” nas políticas culturais?

A priori, trabalho com as seguintes hipóteses: a participação desses atores se dá, principalmente, de forma consultiva, ou seja, por meio de consultas públicas (audiências públicas sobre assuntos de cultura, conferências, fóruns, encontros, colegiados e/ou conselhos de cultura), porém, por meio dessa participação consultiva, os atores sociais podem exercer o controle social das ações governamentais. Mas muitas vezes a teoria não condiz com a prática. Ou seja, como diz Spivak, a condição de subalternidade é a condição de silêncio. A partir do momento que o “subalterno” “pode falar”, nas palavras de Spivak, ele transcende a condição de subalterno. Desse modo, essa participação nas políticas culturais é dúbia. Pois ao mesmo tempo em que há um “chamado” do governo federal, para participações de líderes (mestre e mestras) das culturas populares, há também a presença do próprio governo e de outros atores sociais, como mediadores culturais (ONG’s, Pontos de Cultura, produtores culturais). Nesse processo o subalterno necessita para ser escutado, de usar as linguagens e discursos das elites culturais hegemônicas.

Creio que em Mato Grosso a participação das comunidades tradicionais ainda não acompanha as mudanças ocorridas em nível nacional e se restringe a presença política de alguns atores, enquanto representantes das esferas públicas estadual e/ou municipal ou meramente trocas e relações com o poder político.

Além disso, as participações nas políticas culturais não são tão atuantes, pois essa comunidade, por um longo período, foi protagonista de lutas territoriais. Outro fator a ser levado em consideração é que as próprias tentativas de políticas culturais são relativamente recente. Nos últimos anos, essa comunidade vem mostrando, fora de sua localidade, ações/manifestações, a nível regional, no âmbito da cultura. Já no Vale do Gramame, acredito que há a formação de redes (ONGs ou instituições culturais), nas quais os mestres e brincantes têm um papel ativo. Mas mesmo assim, acredito *a priori*, que eles não transcendem a condição de subalternos, pelas razões apontadas por Spivak.

Locus

Para este projeto escolhi as comunidades de Mata Cavalo e Vale do Gramame por serem consideradas, segundo conceituação do governo federal, tradicionais. Mata Cavalo e Vale do Gramame são duas comunidades remanescentes de quilombolas.

A comunidade mato-grossense já lutou pelas suas terras, seus direitos; além disso, possui várias manifestações da cultura popular, como: siriri, cururu, dança do congo, Festa de São Benedito. O intuito deste projeto é investigar: como esses brincantes e/ou mestres estão participando das políticas culturais. Ou seja, qual o espaço, de fato, para os subalternos nas políticas para culturas populares?

Conheci o Vale do Gramame por meio da jovem Maria da Penha, em um encontro sobre patrimônio. Penha é apenas uma das pessoas da comunidade que buscam melhores condições socioculturais para o Gramame. O meu interesse em pesquisar essa comunidade é, principalmente, por ver sua *tentativa* de atuação nas políticas culturais. O Vale do Gramame integra o projeto da Ação Griô, com o Pontão de Cultura Ventre do Sol e por meio da Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Entre algumas das ações: está o Encontro de Formação na Pedagogia Griô, com a participação dos mestres e mestras, griôs, adolescentes e crianças, bem como representantes de entidades e instituições culturais parceiras do projeto; São João

Rural do Gramame; Encontro Cultural; Ecoeducação; Museu Olho do Tempo, Agenda 21 Local, entre outros.

Objetivos e Metodologia

Investigar e analisar as políticas culturais para área de culturas populares, nos estados de Mato Grosso e Paraíba, tomando como *locus* as comunidades remanescentes de quilombola Mata Cavalo e do Vale do Gramame, respectivamente; e principalmente analisar a participação dos atores sociais, considerando os em condição de subalternidade, dessas comunidades e suas relações com o campo político.

A partir desse objetivo geral se pretende investigar e analisar: como se dá a participação social dessas comunidades nas políticas culturais e qual o tipo de participação: se é consultiva e/ou controlativa; quais os meios/canais utilizados para o desenvolvimento dessa participação e quais os reflexos dessa participação nas políticas culturais locais.

O estudo da participação popular nas políticas públicas, bem como a relação dos novos atores como os campos político, insere-se no campo da pesquisa empírica e sistemática multidisciplinar, sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa que utiliza o método de estudo de caso.

Além da revisão bibliográfica, baseada nas pesquisas bibliográfica sobre os conceitos subalternidade, políticas culturais e participação popular, será usada a técnica da observação assistemática, com a realização de entrevistas semi-estruturadas e questionários abertos, com o intuito de investigar as hipóteses de pesquisa.

Os *locus* serão as cidades de Nossa Senhora do Livramento, considerada região metropolitana Cuiabá, capital do Estado de Mato, e Conde, região metropolitana de João Pessoa, Paraíba. Para fazer a análise das entrevistas, será utilizada a análise de discurso francesa, tomando como principal teórico de base Michel Foucault.

Além das comunidades, os representantes do governo municipal e estadual também serão entrevistados. A pesquisa também se utilizará de dados divulgados pela mídia, ou

seja, artigos de opinião, reportagens, entrevistas jornalísticas, sejam de meios de comunicação impresso, eletrônico ou online, com relação ao tema em questão e às comunidades pesquisadas.

Considerações

A tentativa ou a motivação para a participação social em políticas de Estado, em qualquer área, não garante aos atores sociais “subalternos” a transcendência de sua condição. Aliás, é necessário que se compreenda primeiramente qual participação social estamos falando. Ou seja, que critérios e conceitos consideramos como participação social e verificar se, de fato, o que está se dando no campo das culturas populares, pode ser considerado como uma participação social. Dessa forma, esta pesquisa se objetiva em observação e analisar dois pontos, que se complementam, a participação social e a condição de subalternidade.

Até o momento, identifico que os processos de participação social no país ainda estão em processo. O que se tem pode ser chamado como uma presença social, mas não ainda participação social, como define Bordenave e Bonavides. Mas essa presença social dos atores subalternos não o garantem voz, não garantem ser escutados. Assim, indaga-se, serão os processos ditos participativos uma nova forma de nacionalismo e/ou discursos nacionalistas, no sentido de pertencimento e assimilação a um projeto Estado-nação, ou estado nacional?

Referências bibliográficas

ARATO, ANDREW. Representação, Soberania e Accountability. *Lua Nova*, Núm. 55-56, sin mes, 2002, pp. 85-103 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea Brasil. [citado 2010-08-06]. Disponível na Internet:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=67311578004>>. ISSN 0102-6445.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador, EDUFBA, 2005, p. 33-52.

BEVERLEY, John. *Subalternidad y representation*. Iberoamericana: Vervuert, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade*. São Paulo: Malheiros, 2001.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. Coleção Primeiros Passos. 4ª reimpr. 8. ed. São Paulo: Braziliense, 2008.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.) *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 9-21.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Políticas Culturales en América Latina*. México: Editora Grijalbo, 1987.

_____. Nestor Garcia. Definiciones em transición In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires, Clacso, 2001, p. 65.

CANEDO, Daniele Pereira. *Cultura, Democracia e Participação Social: Um estudo da Conferência Estadual de Cultura da Bahia*. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Uma pequena história de los Estudios Subalternos*. Anales de desclasificación. Universidad de Chicago, S.d.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, Fapesp / Iluminuras, 1997.

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, Governo Federal.

MODESTO, Paulo. Participação popular na administração pública: mecanismos de operacionalização. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 54, fev. 2002. Acesso em: 20 agosto de 2010.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Teorias & Políticas da Cultura: Visões Multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.

REIS, Paula Félix. *Políticas Culturais do Governo Lula: Análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura*, Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

RUBIM, Antonio Canelas. Políticas Culturais: entre o possível e o impossível. In: *Teorias e Políticas da Cultura*. Gisele Marchiori Nussbaumer (org.). Salvador, EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e RUBIM, Lindinalva. Televisão e políticas culturais no Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo, (61): 16-28, março / abril / maio de 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. *Siete cátedras para la integración*. Bogotá, CAB, 2005, p.129-170.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Org. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994. 2v.

SILVA, Esteves Gecilda e ALFRADIQUE, Cláudio Nascimento. A Importância da Participação Popular como Forma de Controle Social de Obras Públicas e Exercício da Democracia. In: XI Simpósio Nacional de Auditoria em Obras Públicas - XI SINAOP, Foz do Iguaçu, Brasil – 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, 2005.